



Ilustração: Raja R. JSXC-HU

O Empreendedorismo Inovador no Brasil

Francilene Procópio Garcia *

"Empreendedorismo é o principal fator promotor do desenvolvimento econômico de um País". Esta é a conclusão do Global Entrepreneurship Monitor (Gem), um consórcio de pesquisa, sem fins lucrativos, liderado pelo Babson College of Boston, cujo foco de suas pesquisas é o movimento empreendedor em todo o mundo.

Na edição GEM 2008, o Brasil ocupou a 13ª posição no ranking mundial de empreendedorismo. A Taxa de Empreendedores em Estágio Inicial (TEA) brasileira foi de 12,02 – tal indicador sinaliza que de cada 100 brasileiros, 12 realizavam alguma atividade empreendedora até o momento da pesquisa. Considerando as edições da pesquisa dos anos 2001 a 2008, o valor da TEA brasileira apresenta uma média histórica de 12,72. A pesquisa GEM Brasil, executada pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), conta com a parceria de várias outras instituições envolvidas com o tema empreendedorismo no País. Alguns dados merecem destaque:

O Brasil surge como o terceiro País com a maior população de indivíduos desempenhando atividades empreendedoras, atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos. Porém, trata-se de elevado índice de empreendedores por necessidade que, em geral, desenvolve produtos ou serviços já existentes no mercado com baixos índices de inovação.

O Brasil também apresenta uma das mais baixas taxas de lançamento de novos produtos (bens desconhecidos para o consumidor) e de uso de tecnologias disponíveis há menos de um ano no mercado. Isto indica que os empreendimentos novos e estabelecidos apresentam um limitado potencial tecnológico. Algo como 3,3% dos empreendimentos teria a capacidade de propor e lançar novos produtos no mercado. Essas empresas de base tecnológica (EBTs) se destacam pelo uso de novas tecnologias e pela capacidade de lançar novos produtos no mercado.

Para os especialistas consultados pela pesquisa, um fator que cria obstáculos à geração de inovação é a fragilidade do sistema brasileiro de apoio à inovação, da estrutura de apoio formal à elaboração, orientação e acompanhamento de pro-

jetos e da estrutura de financiamento às empresas.

Em 2008, a cada 100 empreendedores identificados, 24 são nascentes e 76 são novos empreendedores. Em 2001, a mesma relação era de 65 nascentes para 35 novos. Observa-se que a atividade empreendedora tem se tornado mais duradoura.

Dentre os motivos que levam o empreendedor a descontinuar sua empresa, a exemplo de 2007, aparecem no topo da lista os problemas de ordem financeira relacionados ao empreendimento (ausência de lucratividade e pouco acesso a recursos financeiros).

Os números apresentados na edição GEM 2008 reforçam a importância da contínua criação e consolidação de políticas públicas em apoio ao empreendedorismo nascente no Brasil. Uma população de cerca de 15 milhões de brasileiros empreendedores que podem contribuir cada vez mais com o desenvolvimento econômico do País.

Uma trajetória de 25 anos

Em dezembro de 1984, eram lançadas as primeiras políticas públicas de apoio aos parques tecnológicos e incubadoras de empresas no Brasil, inicialmente pelo CNPq – sob a presidência de Lynaldo Cavalcanti. Segundo dados da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec, 2006), os números de incubadoras em operação no Brasil saltaram de 135 em 2000 para 377 em 2006, apresentando um crescimento histórico de 1988 a 2006.

Cerca de 32,18% das incubadoras em operação se encontram em municípios com menos de 100 mil habitantes. Conforme a Anprotec (2008), o número de parques tecnológicos subiu de 44, em 2006, para 74 em 2008, estando concentrado em municípios com maior número de habitantes. Um dado interessante da pesquisa é que a taxa de mortalidade das empresas geradas em incubadoras é de 20%, abaixo da média estimada pelo Sebrae, em São Paulo, que é de 27% no primeiro ano e de 38% até o segundo ano de atividade. Mesmo considerando o crescimento do número de parques e incubadoras nos últimos anos, tais ambientes propícios à inovação ainda dispõem de uma capacidade de apoio aos empreendimentos de base tecnológica muito aquém das necessidades de um País com as dimensões geográficas e econômicas do Brasil.

Nesses ambientes de parques e incubadoras, o empreendedor típico está vinculado a um sistema pró-inovação, atuando muito

“Um dos motivos que leva o empreendedor a descontinuar a sua empresa são os problemas de ordem financeira”

próximo de ambientes com laboratórios avançados, cercado-se de grupos de pesquisadores vinculados a universidades e dispondo de apoio institucional, tais como fontes privilegiadas de financiamento, assessoria, consultoria, e apoio técnico. Tais empreendedores inovadores são os responsáveis pelo lançamento de produtos novos nos mercados via a aplicação de conhecimento, inclusive com a expectativa de exportação.

A experiência brasileira, ao longo desses 25 anos, mostra que tais ambientes propícios à inovação dependem fortemente de políticas públicas (industrial

e tecnológica) orientadas à redução de dificuldades, em especial, nas etapas iniciais de implantação do empreendimento.

Além do investimento na formação de jovens empreendedores, outro desafio ao fortalecimento do empreendedorismo inovador em nosso País é o acesso ao fomento por parte das empresas. Percebem-se avanços nas últimas décadas, em especial, nos instrumentos lançados pela FINEP, destacando-se aí a concessão de subvenção econômica para a inovação nas empresas e o Plano de Ação 2007-2010 do MCT. O Programa de Subvenção Econômica, lançado em agosto de 2006, tem como objetivo promover o aumento das atividades de inovação e o incremento da competitividade das empresas, via apoio financeiro que permite a aplicação de recursos públicos não reembolsáveis diretamente nas empresas. Na chamada pública, encerrada em março de 2009, foram quase 3 mil projetos encaminhados para análise, disputando recursos da ordem de R\$ 450 milhões para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços em seis áreas estratégicas.

Um outro avanço, com foco na promoção da inovação nas empresas nascentes, é o Programa Primeira Empresa (PRIME). A participação de operadores descentralizados para gerenciar tanto os recursos quanto os resultados do PRIME é o seu diferencial. As incubadoras âncoras selecionadas possuem experiência na prospecção e no apoio aos empreendimentos inovadores – estabelecendo um marco histórico importante nos 25 anos de aprendizagem e construção de políticas públicas em apoio aos parques e incubadoras de empresas no Brasil. Espera-se que o modelo inovador da operação, ora em implantação no âmbito do PRIME, possa trazer avanços quanto ao processo de avaliação de resultados e os reais impactos de instrumentos de fomento ao empreendedorismo inovador no País. ■

**Prof. da Universidade Federal de Campo Grande/CEEI/UASC
Diretora Geral da Fundação PaqTcPB
Diretora da Anprotec*
